

Possibilidades investigativas sobre identidade e região: O caso do sudoeste do Paraná

Jonathan Marcel Scholz (UEM)

O Estado do Paraná, como se conhece hoje em dia, nas suas atuais configurações administrativas e geográficas data de 1853. Desmembrado da então província de São Paulo, o Paraná adquiria através da lei nº 704, sancionada por D. Pedro II em 29 de agosto daquele mesmo ano, sua emancipação política e um vasto território a ser conhecido e povoado. Como antiga possessão paulista, Piori afirma que, “[...] não havia estrutura competente para as exigências administrativas. A segurança era péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários.” (2012, p. 16) Ou seja, a presença física do Estado até a emancipação era restrita e irregular. Consequentemente, o povoamento de homens brancos – aspecto normalmente ligado a presença física do Estado – se restringia irregularmente ao litoral, Curitiba e a pequenos povoados e vilas que iam se formando desde o século XVIII. Nadalin lembra que “A primeira foi Castro (Pouso do Iapó), depois a Lapa (Vila do Príncipe), Palmeira (Freguesia Nova), Piraí (Furnas), Tibagi e, entrando no século XIX, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Guarapuava”. (2001, p. 49) Nesse meio, os campos gerais (ou de Guarapuava) e os campos de Palmas eram as últimas fronteiras ocupadas sensivelmente pela mão do Estado. O então interior paulista, que se transformava assim em paranaense, era ocupado oficialmente até certo ponto.

Todavia, ocupar e povoar o interior brasileiro (e do Paraná especificamente) era uma preocupação constante desde a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808. Entendia-se que era preciso legitimar e salvaguardar ao máximo seus territórios perante o possível avanço espanhol e posteriormente, argentino e paraguaio sobre os mesmos. As nascentes Repúblicas latinas do cone sul aspiravam cuidados. Assim, as explorações militares deviam entrar em ação, definindo fronteiras e “empurrando” os índios hostis e os espanhóis mais para o sul e para o leste. (NADALIN, 2001, p. 50) Com isso, na dinâmica de uma política expansionista, comumente chamada de “entradas”, as fronteiras nacionais mereceriam,

teoricamente, uma atenção especial. Dessa forma, o espaço de fronteira situado entre Santa Catarina e a Argentina (e próximo ao Paraguai), nomeado hoje de sudoeste do Paraná, aparecia na história oficial. Como um território a ser zelado pela Coroa portuguesa.

No início do século XX, o sudoeste do Paraná contava com aproximadamente três mil habitantes. Essa densidade demográfica se caracterizava, para além de grupos indígenas, notadamente Kaingangs que se espalhavam heterogeneamente pelo território, por indivíduos que não haviam nascido na região. Eram principalmente “caboclos” e agregados das fazendas de gado dos campos de Palmas; refugiados da guerra do Contestado e ainda em número pequeno, colonos oriundos do Rio Grande do Sul. (ABRAMOVAY apud PEGORARO, 2008, p. 46) Wachowicz (1987, p. 58) completa esse quadro dizendo que de 1900 a 1920 a população sudoestina dobrou, passando de 3.000 para 6.000 pessoas. Esse acréscimo populacional se devia, em grande parcela, a chegada de peões e agricultores da região de Guarapuava e dos Campos Gerais; argentinos e paraguaios à procura de erva-mate e até de foragidos da justiça paranaense, catarinense, sul-rio-grandense e argentina.

De qualquer forma, o sudoeste não existia enquanto tal, enquanto uma região geopolítica estabelecida dentro do Paraná. Uma conceituação dessa natureza dependeria da presença física do Estado. E não existiam sequer municípios emancipados politicamente para consolidarem essa posição. Somente Palmas e Clevelândia. Consequentemente, não havia a consolidação de uma identidade própria desse espaço. As origens difusas das populações, somada ao afastamento estatal dificultava - além do estabelecimento de fronteiras e divisas geográficas - a elaboração de uma identidade regional.

Contudo, essa situação começaria a ser contornada e definida aos poucos com a chegada massiva de sul-rio-grandenses principalmente nas décadas de 1950/1960. A escassez de terras no extremo sul do país fazia com que os indivíduos (sobretudo descendentes de alemães e italianos) migrassem para outros locais. Nesse sentido, a propaganda estatal e das companhias colonizadoras contribuía para a migração sulista em direção ao sudoeste paranaense.

Sendo os indivíduos preferenciais para a migração desde o governo de Getúlio Vargas – já que eram brancos, católicos e filhos de alemães e italianos – os sulistas encontraram no Paraná um espaço com uma frágil e quase inexistente atuação do Estado, porém, já habitado esparsamente por “caboclos” e indígenas. Quer dizer, os novos habitantes apesar de não estarem sozinhos naquele ambiente tinham o aval governamental que os beneficiava em relação aos primeiros habitantes. Eram considerados colonizadores. Assim possuíam prioridade para o plantio das terras férteis e retirada da madeira.

Com essa “onda imigratória” que povoou o sudoeste paranaense é fundamental analisar que a identidade do grupo se desloca, atuando e se condicionando num novo ambiente social. Ou seja, a identidade sul-rio-grandense – de descendentes de alemães e italianos – trabalha nesse inédito contexto social, sendo reforçada e reconstruída. Desse modo, a influência desse movimento migratório é tão significativa que o mesmo é responsável por mudar e transformar o cenário sudoestino nos mais diferentes tons. Tons culturais, políticos, sociais e econômicos.

Nesse meio, defende-se que, de certa maneira, tais colonizadores sul-rio-grandenses formavam e mantinham uma cultura política. Isso quer dizer que os mesmos partilhavam afinidades culturais, postulados, crenças e costumes, por serem oriundos especialmente de um mesmo espaço e território. Entretanto, de maneira nenhuma se quer sustentar que todos os “gaúchos” eram “iguais” e defendiam as mesmas opções políticas ou ideológicas.

Todavia, os imigrantes “gaúchos” que se encaminharam para o sudoeste paranaense vêm com as mesmas motivações e perspectivas de vida e futuro. Esse êxodo é um processo complexo, mas que psicologicamente une todos os sul-rio-grandenses nas suas conformidades e estímulos de prosperar em um espaço alheio ao seu lugar originário.

Para além da identidade comum, dos elos culturais que os unem, na sua grande maioria, esses imigrantes são homens e mulheres que tem como atividade profissional a agricultura (que não deixa de ser um aspecto cultural também). Esse é um fator a mais para harmonizar e unir os “gaúchos” que colonizaram o sudoeste

paranaense, já que uma mesma categoria profissional estabelece padrões, similitudes e objetivos comuns.

O historiador francês Serge Berstein, ao reiterar que “a verdadeira aposta está em compreender as motivações que levam o homem a adoptar este ou aquele comportamento político” (1992, p. 359) afirma sobre a cultura política que:

A hipótese das investigações sobre a cultura política é que esta, uma vez adquirida pelo homem adulto, constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas em função da visão do mundo que traduz. O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da acção futura, retira sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenómeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenómeno coletivo, partilhado por grupos numerosos. (BERSTEIN, 1992, p. 359).

Pode-se entender acerca de tais considerações que a cultura política é um elemento determinante do complexo comportamento humano, e ela informa, através das escolhas, posturas ideológicas e políticas do homem, a visão de mundo que ele traz consigo. Ao passo que seu estudo pode determinar as experiências vividas e ser fundamental nas ações futuras dos homens, a cultura política legitima sua dupla função, que é ser um fenómeno individual interiorizado pelo homem e demonstrar seu carácter coletivo, partilhado por grupos numerosos que comungam dos mesmos interesses e ideais.

Nessa perspectiva, nota-se que tais atores foram fundamentais no processo de consolidação política do sudoeste paranaense. O surgimento, a emancipação política e a estabilização de grande parcela dos municípios - somada à influência e acompanhamento estatal do procedimento – demonstram em parte como os “gaúchos” eram a maior força política/motriz desse contexto sudoestino. Para ter uma ideia clara da situação, até a década de 1950 existiam apenas 03 municípios autônomos na região (Palmas, Clevelândia e Mangueirinha). No decorrer dessa mesma década mais 07 municípios foram criados e durante o decênio posterior, 17 novos municípios obtiveram sua emancipação política.

Devemos entender que nosso cenário temático cruza duas situações distintas. A primeira é a expressiva imigração sul-rio-grandense para o sudoeste do Paraná nas décadas de 1950-1960. A segunda é a emancipação de vários

municípios no sudoeste no mesmo período temporal. O caso é que entendemos que essas duas situações estão intimamente ligadas. Elas se cruzam. Isto é, os municípios são emancipados, em grande medida, pela atuação e influência dos novos habitantes daquele espaço, os “gaúchos”.

Através de articulações e arranjos políticos específicos, os “gaúchos” interferem e atuam na dinâmica dos municípios existentes até a década de 1940 (Palmas, Clevelândia e Mangueirinha) conseguindo assim, a emancipação política dos distritos e comunidades onde residiam sudoeste afora. A fragmentação do sudoeste em vários municípios tornava-se implacável nesse momento

Por atuar diretamente no processo emancipatório da maioria dos municípios sudoestinos, os “gaúchos” formarão assim as elites políticas da região. Cada nova cidade emancipada teria sul-rio-grandenses em seus quadros municipais, tanto prefeitos, como vereadores e demais cargos públicos. É quase regra.

Dessa maneira, o estabelecimento dos sul-rio-grandenses enquanto classe política no sudoeste será fundamental para dar legitimidade a colonização empreendida por tais atores. Ou seja, a partir do momento em que são “gaúchos” os “donos do poder” - para fazer uma analogia à obra de Raymundo Faoro (2000) - dos municípios do sudoeste paranaense, é compreensível que a história dessas nascentes cidades seja construída e contada posteriormente reverenciando e creditando a colonização - num tom de desbravamento - e, por conseguinte, a história, (como se o sudoeste não fosse povoado anteriormente), aos “gaúchos”, seus primeiros representantes políticos na maioria dos casos.

Desse modo, a identidade política e cultural dos sul-rio-grandenses, antes imigrados e agora classe política dirigente, vai ser construída com base em ideias pré-concebidas de legitimação social. A concepção de “pioneiro” é uma delas, talvez a mais evidente. Contudo, esse termo não é exclusivo das relações de (re) ocupação do sudoeste. Pelo contrário, ele é muito utilizado enquanto discurso de legitimação nas colonizações realizadas no Paraná afora. De qualquer forma, segundo o minidicionário Aurélio, o pioneiro é “Aquele que abre caminho em região mal conhecida. Precursor.” (1993, p. 424).

Em todo caso, no sudoeste do Paraná serão os gaúchos que assumirão esse papel idealizado de “pioneiro”. A partir da noção de “precursores”, daquele que

supostamente se antecipa as situações, aqueles constroem e legitimam o que Eric Hobsbawm chama de “invenção da tradição”. Mesmo sabendo que indígenas e caboclos estavam estabelecidos ao longo do sudoeste há tempos quase que incontáveis, e que várias expedições financiadas pelo Estado haviam percorrido aqueles territórios séculos atrás, era necessário para os novos sujeitos do sudoeste se respaldar historicamente. Para essa trama, Hobsbawm é preciso ao lembrar que:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (1997, p. 09).

Com isso, compreendemos que a ideia de “pioneiro” é uma prática simbólica forjada com a necessidade de se escrever a história desses novos municípios em que os sul-rio-grandenses eram os protagonistas políticos. Tenta-se preservar um elo para o futuro, no qual olhando para o passado, as pessoas sempre se remetam aos mesmos indivíduos. É como aquele velho jargão de tirar uma foto para a posteridade. A questão é que na história das cidades sudoestinas, tipicamente a foto será a dos “pioneiros” gaúchos.

O fundamental nesse caso é compreender que as tradições inventadas são reações a situações novas que procuram normalmente sobrepor situações anteriores. (HOBSBAWM, 1997, p. 10) O “pioneiro”, por exemplo, aparece para inaugurar um novo momento na história sudoestina. Esse termo não aparece por acaso. Não é um dado à priori. A ideia de “pioneiro” ou “frente pioneira” delegada e autointitulada aos imigrantes eurobrasileiros é uma construção histórica. É um posicionamento assumido por quem estava no poder e que se cristalizou socialmente. Trata-se de admitir determinado grupo em um padrão de relações de autoridade que busca socializar, inculcar ideias, impor um sistema de valores e um padrão de comportamento. (HOBSBAWM, 1997, p. 17) Diante disso, Hobsbawm reitera que, buscando “esclarecer as relações humanas com o passado”, “[...] toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal.” (1997, p. 22).

O fundamental é perceber que por trás de uma formulação, aparentemente ingênua, existem relações de poder, interesses políticos, culturais e sociais, que influenciam e interferem no andamento de uma sociedade. A ideia de “pioneiro” não é diferente. Por trás dela coexiste um *status quo* a ser zelado e mantido em pé. Entende-se assim, que a concepção de pioneiro foi uma escolha intencional feita pelos atores. Além disso, é uma escolha muito bem sucedida, já que gera discussões acadêmicas até os dias de hoje. Aí reside a ideia de “tradição”. Por isto, ocorre que hoje o próprio gaúcho se converteu em sinônimo de “pioneiro” quando nos referimos ao sudoeste do Paraná. É a imagem que se quis delegar ao futuro.

A criação do sudoeste do Paraná enquanto ideia de “região”

No processo de consolidação política do sudoeste paranaense, a frequente expansão ou retração territorial dos municípios instigava progressivamente o debate sobre a coesão das divisas geográficas daquela área de fronteira internacional e interestadual. Até esse momento não se tinha um projeto regional que identificasse particularmente aquela área, dotando-a de originalidade e que se diferenciava das demais regiões do Paraná.

Porém, com o gradual entendimento de uma possível ligação cultural e social entre as cidades – lideradas administrativamente pelos sul-rio-grandenses – se fomentou aos poucos a ideia de região. Em 1968, com a criação da AMSOP (Associação dos municípios do sudoeste do Paraná), o projeto de sudoeste paranaense, contando com apelos políticos e institucionais, ganhava contornos mais claros. O sudoeste do Paraná aparecia, de fato, no mapa enquanto região geopolítica do estado. Legitimava-se desse modo a noção de região.

Contudo, o contraponto teórico a essa questão é que pensar em um território (num município ou região, por exemplo) somente a partir de uma representação geográfica e física é um problema. É um problema porque as fronteiras e/ou as divisas são linhas imaginadas e por isto, são construções e idealizações humanas. Às vezes, esquecemo-nos disso. E esquecemos porque tratamos as fronteiras, e as regiões, de um modo naturalizado. Como se elas sempre estivessem lá. Ignoramos

que as mesmas são invenções humanas, e que como toda invenção humana, atende a um ou mais propósitos e interesses. (BORDIEU, 2000)

Da mesma maneira, concentramos tanto a atenção nas ideias à priori de “regiões”, “fronteiras” e “divisas”, pensando na formatação espacial do território em si, que quase negligenciamos a presença e a atuação humana na elaboração do espaço. Sendo assim, ao validar uma visão e um discurso que evoque fronteiras estáticas e engessadas, como as ditas “naturais” e “artificiais”, corre-se o risco de obliterar a própria história.

Em uma das facetas desse debate, Albuquerque Júnior enfatiza que:

A região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a-histórico, como um referente identitário que existiria per si, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico. A história ocorreria na região, mas não existiria história da região. A história da região seria o que teria acontecido no interior de seus limites, não a história da constituição destes limites. A história regional seria aquela que aconteceria no interior das fronteiras regionais, não a história dos acontecimentos que produziram essas dadas fronteiras regionais. (2008, p. 55)

Isto é, verifica-se que Albuquerque quer dizer que normalmente estamos condicionados, inclusive os historiadores, a interpretar a história que acontece no interior das regiões e das fronteiras pré-estabelecidas, mas não somos habituados a pensar e analisar a constituição destes próprios limites. Nossa visão de espaço tem sido a daquela que nega o tempo. Espaço imóvel, fixo, estático, não-conflitivo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 56) Somos frutos de uma tradição historiográfica que cristaliza o espaço como garantia de uma dada perpetuação de memórias e que se filiam a suportes espaciais para garantirem sua permanência e monumentalização. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 57)

Nesse enredo proposto, entendemos que as regiões (como o sudoeste paranaense) têm suas histórias internas de “conquista” e colonização, e por consequência, histórias de embates e imposições políticas, culturais e sociais. A questão é que para concomitantemente uma “conquista das fronteiras”, isto é, com menor ou maior intensidade se estabelece a necessidade de forjar a própria ideia de sudoeste do Paraná. Falamos da vinda dos sul-rio-grandenses ou da criação dos municípios, mas não atentamos que o sudoeste, enquanto objeto, não aparece do

nada, à priori. O sudoeste paranaense na qualidade de recorte espacial é também a idealização de um projeto.

Lembrando que a região tem uma origem militar que se referia originalmente ao comando de uma dada legião romana, Albuquerque Júnior argumenta que: “[...] a região é um espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares”. (2008, p. 57-58) Nesse sentido, sugere-se que:

[...] o historiador que se interessa pela região, por qualquer recorte espacial que assim é nomeado, deve estar atento para os afrontamentos políticos, as lutas pelo poder, as estratégias de governo, de comando, os projetos de domínio e de conquista que aí estão investidos, que fizeram parte de sua instalação e demarcação, que estabeleceram as fronteiras e os limites que agora podem reivindicar como sendo naturais, ancestrais, divinos ou legítimos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 58)

Com tais formulações, percebe-se, mais do que nada, a necessidade de desconstruir as regiões pré-estabelecidas. O sudoeste do Paraná é igualmente fruto de operações e projetos políticos que se naturalizaram com o tempo. Isto é, as fronteiras que o desenha geograficamente nem sempre estiveram lá. Mas a impressão que temos comumente é outra, é a de que sempre existiram. Portanto, é nisto que precisamos interagir, desmontando essa imagem “eterna” das regiões.

Por isso, a devida problematização do conceito de região se faz necessária, para que compreendamos que o sudoeste do Paraná - enquanto espaço geopolítico – não surge do acaso. Paira todo um processo histórico por trás de sua formulação. Desse modo, impulsionada particularmente pela influência sul-rio-grandense, a noção de sudoeste paranaense é forjada nas confluências políticas e culturais que unem os municípios daquele espaço. Em outras palavras, a origem sulista, amparada em um projeto político de colonização construiu e moldou, em grande medida, a ideia de sudoeste do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Revista Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-

67, jan./jun. 2008. Disponível em:
10.4025/6cih.pphuem.62
<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/62/72>>.
Acesso em: 10 ago. 2012.

BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (orgs.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Estampa, 1992.

BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

PEGORARO, E. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*. Guarapuava: Unicentro, 2008.

PRIORI, Ângelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

WACHOWICZ, R. C. Paraná, Sudoeste: *Ocupação e Colonização*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.